

O Alto Império Romano e o Principado de Galba

Adrielle Andrade Ceola (PIBIC-AF/LEAM/UEM)
Renata Lopes Biazotto Venturini (DHI-PPH/LEAM/UEM - Orientadora)

Introdução

O presente trabalho tem por objetivo apresentar uma discussão a respeito do poder imperial, tendo como fonte a obra de Públio Cornélio Tácito, designada **Histórias**. Tácito, foi um homem atuante na política romana, denunciando em suas obras as fragilidades do poder imperial de Roma, bem como o despotismo do principado. Esse estudo está circunscrito ao século I d. C., período de instabilidade e anarquia política com o governo de “maus” imperadores.

Dentre os três imperadores Galba, Otão e Vitélio presentes nas **Histórias**, daremos ênfase ao governo do imperador Galba, que aos olhos de Tácito, não constituiu um “bom imperador”, permanecendo no poder poucos meses, entre os anos de 68 e 69 d. C., até ser destituído por Otão.

Alto Império Romano

O Alto Império Romano, conforme a historiografia atual corresponde ao século I a. C, com a nomeação do Imperador Otávio Augusto, até meados do século III d. C., quando se tem início as grandes tensões das organizações já estabelecidas.

Durante os primeiros anos do Principado, a aristocracia romana, possuidora do poder político, pelo fato das magistraturas possuírem um custo, idealizava o retorno da *res publica*, caracterizado como o governo de todos os cidadãos, pois com o estabelecimento da figura de um *princeps*, o senado deixava de ser o corpo político dominante.

Conforme Géza Alföldy (1989) os dois primeiros séculos do Império constituíram os anos mais prósperos e pacíficos de Roma, sendo denominada de *Pax Romana*, embora não tenham ocorrido mudanças radicais na estrutura econômica, visto que

Roma se manteve sob uma economia fortemente agrária. Também vale ressaltar que até mesmo as fronteiras ficaram menos ameaçadas por povos estrangeiros. Todavia, a maior mudança, ocorreu no campo político, onde se tem instituído o cargo de Imperador, melhor definido por *Princeps*, que tem sentido semelhante a “Primeiro Cidadão” romano.

Claude Nicolet (1992), nos trás a informação de que os romanos eram menos prolíficos que os gauleses, mais baixos que os germanos, menos forte que os espanhóis, menos ricos e astutos que os africanos, mas se consideravam superiores em questões bélicas, eram tidos como elevados por sua escrupulosa observância da *pietas*, *religio* e a sabedoria sobre os deuses, embora entre eles mesmos ocorresse uma diferença entre os camponeses e os cidadãos, pois os primeiros eram vistos como rústicos.

O império era constituído por povos muito diferentes e a maioria deles possuía o direito de cidadania romana, até mesmo aqueles que não falavam efetivamente o latim. Contudo esse direito era dado de maneira individual, quando se tratava de comunidades inteiras, geralmente o assunto ia para a assembleia e dificilmente era concedida. Não obstante, é muito comum aparecer nos documentos alguns provinciais se considerarem “mais romanos” do que os próprios romanos, posto que os romanos de nascimento sempre fossem tidos como superiores. Portanto, ser cidadão era um modo de vida, um ofício e estatuto jurídico, cuja igualdade entre os homens não era garantida. Logo, o sentido é extremamente diferente de cidadania moderna

Em suma, o cidadão é, pela própria natureza das coisas, um soldado que pode ser mobilizado, um contribuinte, um eleitor e eventualmente também um candidato a determinadas funções. Na realidade estes três aspectos da sua natureza estão intimamente ligados e o recurso a eles por parte da colectividade, ainda que apenas periódico, mantém-se virtual em todos os momentos. (NICOLET, 1992: 26)

O Imperador detinha o cargo político de maior elevação das magistraturas, pois ele governava o *Imperium*. Deter o *imperium* significava possuir a *tribunicia potestas* para promulgar qualquer medida que lhe satisfizesse para proteger os cidadãos romanos. Na qualidade de detentor do *imperium proconsulare maius*, governava as chamadas províncias senatoriais em conjunto com os magistrados nomeados pelo

senado, governava as províncias imperiais sozinho, através dos seus legados e exercia o comando supremo do exército romano.

Logo, ao dizer *Imperium*, temos de ter em mente que não se trata de uma designação possuidora de sentido exato, não tendo a mesma significação de Império de outros períodos, nem mesmo há uma tradução que o defina totalmente, pois ele pode ser empregado tanto para a extensão territorial como também para o poder de quem o detivesse, sendo um termo conhecido desde a época da República. Pierre Grimal (1999) reafirma a complexidade do termo, que tem sentido diferente nos dias atuais

A palavra *imperium*, devido às numerosas conotações que implica, torna-se difícil de traduzir. Não está, como a nossa palavra “império”, indissolavelmente ligada a ideia de violência e de constrangimento, se bem que esta não esteja ausente, pelo menos na origem, e muito tempo antes de se formar o regime político “imperial”, que será preferível designar por principado, pelo menos nos seus primórdios. A noção expressa pela palavra *Imperium* está viva na mentalidade romana, tanto quanto podemos remontar no tempo. Designa uma força transcendente simultaneamente criativa e reguladora, capaz de agir sobre o real, de o submeter a uma vontade. É assim que o proprietário de um terreno, que o desbrava e o cultiva para depois colher, ou poda numa vinha os ramos supérfluos, conservando apenas os sarmentos nos quais se formarão os cachos, exerce o seu *imperium*. Havendo constrangimento, este é criativo. Não é o fim em si. O *imperium* nunca é uma tirania gratuita. (GRIMAL, 1999, p. 09).

O *princeps* possuía o poder ilimitado, não havendo nenhum cargo com poder similar, nem mesmo o senado era tão poderoso. Todos e até ele mesmo se considerava um homem sublime em comparação aos demais, idealmente denominado como o possuidor de todas as virtudes romanas

O imperador que possuía a tribúncia potestas podia tomar a iniciativa sempre que quisesse promulgar qualquer medida que lhe aprovesse, para proteger o povo romano. (ALFOLDY, 1989, p.116).

Com essa exaltação da figura do príncipe, a transmissão do poder também viria a ser difícil, ocorrendo muito frequentemente as adoções e incidentes, com objetivo de conseguir o cargo. Todavia, deter o *imperium* não era garantia de ser aceito pelos cidadãos romanos, o que contribuía para as noções de bons e maus imperadores.

Foi justamente durante esse período de crescimento acompanhado das crises que caracterizaram o *Imperium*, que nossa fonte está inserida. Com essa breve

explicação acerca do contexto fica mais claro percebermos alguns dos motivos que levou Tácito a escrevê-la, bem como suas intencionalidades.

Tácito: uma perspectiva do poder do *princeps*

São limitadas as informações que sobreviveram a respeito de *L. Publius Cornelius Tacitus*, pois as averiguações que possuímos se apresentam em algumas menções nas suas obras, ou são provenientes das epístolas de seu discípulo Plínio, o jovem. Por isso, seu prenome é incerto, sendo remetido tanto a *Publius* quanto a *Gaius*.

Destarte, até mesmo as informações a respeito do seu local de origem são imprecisas. Atualmente a historiografia deduz pelo sul da província da Gália ou ao norte da Itália, por volta do ano de 55 d. C., durante o principado de Nero e a data de sua morte é aceita entre os anos de 117 d. C., no início do governo do imperador Adriano.

Originário de uma distinta família romanizada pertencente a ordem equestre, Tácito teve uma vida política ativa. Deu início a sua carreira, ainda jovem como advogado se destacando por sua eloquência. Mesmo cupando várias magistraturas do *cursus honorum*, de acordo com Ettore Paratore (1983), começou a ganhar espaço e avançar nas magistraturas somente com a influência que obteve de seu sogro Cn. Júlio Agrícola, um notável general romano que teria chegado ao posto de governador da Província da Britânia e que também havia exercido o consulado.

Com isso, acredita-se que no ano de 79 d. C. pouco antes da morte de Vespasiano, Tácito tenha chegado a questura, exercendo tal cargo durante o governo de Tito, e no ano de 88 d. C., no reinado de Domiciano, teria alcançado a pretura. No ano de 89 d. C. foi designado a exercer funções fora de Roma, nas províncias norte - ocidentais, mais especificamente na Germânia. Já no ano de 97 d. C., entre o principado de Nerva e Trajano, assumiu o consulado e proconsulado e no ano de 112 d. C. atingiu o posto de governador da Província da Ásia.

Por conseguinte, podemos ainda mencionar que além de homem público, Tácito teria escrito diversas obras, variando nos estilos, mas com assuntos sempre preocupados no que poderia ameaçar Roma. Assim, as que atualmente recebem sua autoria são principalmente: **Diálogo de Oradores, Germânia e Vida de Júlio Agrícola, Histórias e Anais**.

Os assuntos tratados em seus escritos vão desde denúncias das ameaças ao *Imperium*, deixando visível a sua própria observação acerca do que estava ocorrendo, bem como discussões sobre a decadência da oratória durante o Império, a etnografia de povos estrangeiros, o qual poderiam vulnerabilizar o poderio romano e uma obra fúnebre e biográfica, com colocações políticas. Considerando esse conjunto de temas Arnaldo Momigliano (2004) afirma

Entretanto, em um outro sentido, Tácito é um dos historiadores da antiguidade mais experimentais. Apenas Xenofonte, entre os historiadores cujas obras chegaram até nós, pode ser comparada a ele nesse respeito. (MOMIGLIANO, 2004:163)

Mesmo em obras que não tenham como principal tema as questões acerca do despotismo imperial, é perceptível essa abordagem quando analisadas. Segundo Paratore (1983) ao relatar a vida de Júlio Agrícola

Sob o aspecto político, o opúsculo é a melhor expressão daquele suspiro de alívio que a oligarquia senatorial emitiu, quando da queda de Domiciano: uma nova era parece anunciar-se; e o novo cônsul rejubila com isso. Ainda não aparece sensivelmente discernido dos inconvenientes basilares do regime imperial como sucedera nas *Historiae e Annales* [...]. (PARATORE, 1983:727)

Dessa maneira, fica evidente a preocupação com o sistema vigente em Roma, pois suas maiores produções atualmente conhecidas, são compostas por um extenso estudo no estilo de análise histórica, abordando temas acerca do poder imperial, dando ênfase a tirania dos *principis* e deixando transparecer seu desejo para o retorno da *libertas* republicana.

As obras **Anais** e **Histórias** se complementam. A primeira relata os fatos decorrentes nos reinados de Tibério a Nero, enquanto a segunda trata da queda de Nero até a ascensão de Trajano. No entanto, é interessante apontar que mesmo **Histórias** tratando de um período posterior a **Anais**, ela foi composta anos antes,

bem como os assuntos descritos ganham conotações diferentes. Na leitura de Momigliano

O que possuímos das *Historiae* é um quadro de uma guerra civil em que os líderes não são mais e talvez até menos importantes do que a multidão – soldados provinciais, plebe romana. Nos *Annales*, a perspectiva muda. As personalidades do imperador e de suas mulheres, e de alguns poucos generais e filósofos dominam o cenário. (MOMIGLIANO, 2004:163)

Histórias, obra selecionada para nosso estudo, foi escrita durante os anos de 104 a 109 d. C., no *Imperium* de Trajano, discorrendo os fatos políticos e militares correspondentes aos anos de 68 a 96 d. C., compreendendo até mesmo parte de sua vida. Tácito inicia fazendo uma narrativa da guerra civil que ocorria, criticando a falsa sensação de liberdade que o Império proporcionava. Embora buscando uma leitura imparcial do contexto político romano, seus julgamentos a respeito das questões do principado mostram um homem político moralista. Segundo Paul Harvey

A crônica desses reinados é em geral melancólica e deprimente, e embora Tácito dê o testemunho aqui e ali quanto a eficiência da administração civil do império, a ênfase parece ser posta principalmente nos crimes, na adulação, nas delações e na opressão, marcantes nesse período em Roma. (HARVEY, 1998:36)

Sendo assim, o objetivo de Tácito era desmascarar o governo imperial, que se encontrava com as bases enfraquecidas, pois se mantinha na corrupção, hipocrisia e crueldade, enquanto os senadores constituíam uma organização com pouca autoridade, por isso é comum seus elogios se direcionarem a figuras individuais. Muito embora possamos identificar um otimismo moderado a respeito do principado no decorrer da obra, percebemos uma avaliação negativa demonstrando que a tirania dos imperadores deixou de ser fato isolado, ou seja, a liberdade deu lugar à adulação, ficando mais distante o retorno à República.

Entretanto, não podemos nos esquecer que Tácito era contemporâneo aos fatos que descreveu, mas se encontrava limitado ao compor suas obras, pois nem sempre possuía informações completas. Além disso, deixou vários assuntos intocados, como Momigliano nos apresenta

Mas, há muitas coisas que ele não nos revela. O que permanece não dito está a salvo. Família, propriedade, posição social, educação como um todo não parecem correr perigo. Tácito certamente não se preocupa com elas.

Tucídides e Políbio registram crises muito maiores e foram menos críticos a estas. Até o poder como tal não é digno de desconfiança para Tácito. Ele apenas não gosta do poder tirânico. (MOMIGLIANO, 2004: 169)

A figura do princeps *L. Servius Sulpicius Galba* (3=69 d.C.), em particular, é descrita como o imperador que ficou no poder por cerca de alguns meses após a queda de Nero, sendo proclamado por suas tropas na Espanha. Entretanto, Galba não constituiu um bom imperador, pois embora possuísse as qualidades de honestidade e justiça, por outro lado era severo e medíocre, e por volta de seis meses de principado foi vítima da conspiração de seus próprios pretorianos, sendo substituído por Otão. Harvey (1998) usa as seguintes palavras para a figura do imperador nas **Histórias**: “mais isento de vícios do que dotado de virtudes”. Por conseguinte, seus méritos militares que fizeram deter o *Imperium* não foram suficientes para um bom governo.

O pessimismo de Tácito frente ao imperador Galba é visível ao afirmar

Tito Vinio e Cornelio Laco, um pior e o outro mais covarde dos homens, perdiam o ancião inválido, sobrecarregando-o do ódio que inspirava os crimes de um e covardia do outro. Galba, chegara ao império lentamente e por um caminho sangrento. Manchara-se com o assassinio de Varro, cônsul designado e mandara também matar o consular Petronio Turpiliano, um por ter sido cúmplice de Nymphidio e o outro como general de Nero; e ambos mortos sem que tivessem sido ouvidos, sem se terem podido defender, eram considerados vítimas inocentes. (*Tácito, Histórias, Livro I: VI*)

Por fim, podemos perceber um grande descontentamento de Tácito na presença do déspota Galba, mas é interessante reafirmarmos que ele não era contra o governo imperial. Embora criticasse o despotismo que podia acompanhar o exercício do *imperium* na figura de alguns príncipes, encontramos grandes elogios a figuras de Nerva e Trajano. Logo, notamos que almejava informar do que se tratava a tirania, e suas obras deviam ser exemplos de um bom governante.

REFERÊNCIAS

Fonte impressa

TÁCITO, Públio Cornélio. **As Histórias**. Trad. de Berenice Xavier. Rio de Janeiro: Athena, 1937. (1º. Volume)

Bibliografia

ALFOLDY, Géza. **A História Social de Roma**. Lisboa: Presença, 1989.

GRIMAL, Pierre. **O Império Romano**. Lisboa: Edições 70, 1999.

HARVEY, Paul. **Dicionário Oxford de literatura clássica grega e latina**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1998.

JOLY, Fábio Duarte. História e Retórica em Tácito. In: LOPES, Marcos Antonio (org.). **Os Grandes Nomes da História Intelectual**. São Paulo: Contexto, 2003. Páginas: 158 – 164.

MOMIGLIANO, Arnaldo. Tácito e a Tradição Taciteana. In:_____ **As Raízes Clássicas da Historiografia Moderna**. São Paulo: EDUSC, 2004. Páginas: 157 – 185.

NICOLET, Claude. O Cidadão e o Político. In: GIARDINA, Andrea (org.). **O Homem Romano**. Lisboa: Presença, 1992. Páginas: 19 – 48.

PARATORE, Ettore. Tácito. In:_____ **História da Literatura Latina**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1983. Páginas: 721 – 745.

REQUEJO PRIETO, José Maria. Introducción. In: TÁCITO, Públio Cornélio **Historias**. Madrid: Edições Clásicas, 1997. Página: 1 – 21.

VENTURINI, Renata Lopes Biazotto. As Palavras e as Ideias: O Poder na Antiguidade. **Diálogos**, Maringá, v. 9, n. 2, p. 143-155, 2005

VEYNE, Paul. O Império Romano. In: ÀRIES, Phillipe e DUBY, George (dir). **História da Vida Privada: Do Império Romano ao ano Mil, volume I**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. Páginas: 19 – 224.